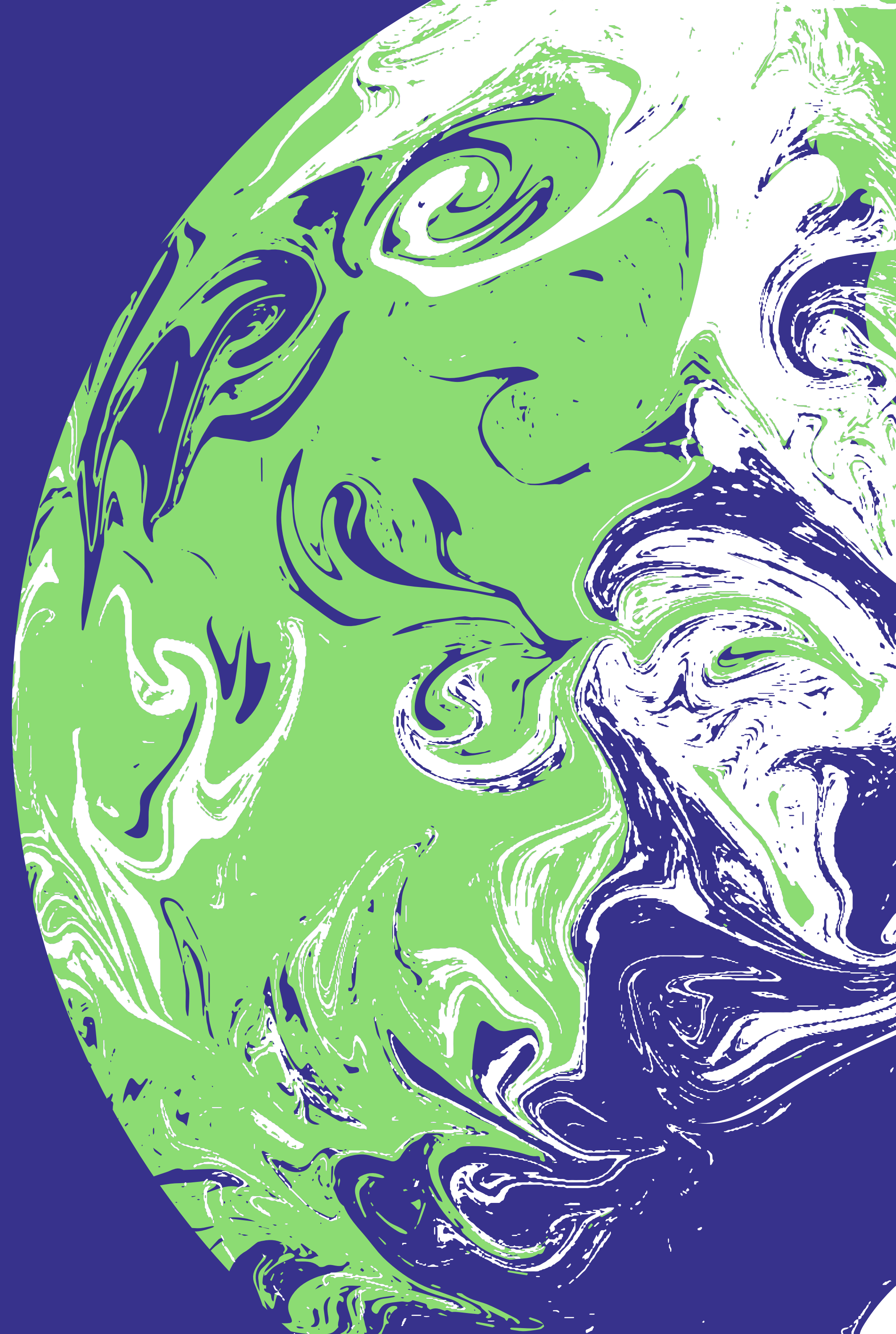
COP26
PACTO CLIMÁTICO DE GLASGOW



UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE UK 2021

IN PARTNERSHIP WITH ITALY

VISIT…

LANZAROTE Caliente.com

*"Hoje podemos afirmar, com segurança, que mantivemos viva a meta de 1,5 graus. Mas seu quadro é crítico, e sua sobrevivência dependerá do cumprimento de nossos compromissos e seu desdobramento em medidas imediatas.
É hora de avançarmos juntos nas ambições previstas no Pacto Climático de Glasgow. Cabe a todos nós manter os 1,5 graus dentro do nosso alcance, e garantir a continuidade dos esforços para mobilizar recursos e intensificar a adaptação.
Com todo o empenho coletivo que culminou no Pacto Climático de Glasgow, nossos esforços nesses trabalhos não podem ser em vão."*

Alok Sharma, Presidente da COP26



United Nations
Climate Change



UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE UK 2021
IN PARTNERSHIP WITH ITALY



COP26 CONSOLIDA ACORDO DE PARIS E MANTÉM VIVA A META DE 1,5°C



Após 13 dias de negociações intensas, a COP26 foi encerrada no sábado, dia 13 de novembro de 2021, com a aprovação unânime do Pacto Climático de Glasgow por representantes de mais de 200 países. O acordo internacional visa acelerar as ações climáticas ainda nesta década, **além de finalizar o texto do Livro de Regras de Paris.**

Um número recorde de delegações se reuniu em Glasgow para esta conferência de suma importância. Foram grandes os progressos desde que o Reino Unido assumiu a Presidência COP26. Sua missão era manter viva a esperança de limitar o aquecimento global a 1,5°C, e esse objetivo foi justamente cumprido com o **Pacto Climático de Glasgow**. Além de serem ampliadas as ambições e as ações adotas pelos diversos países, a meta de 1,5°C se mantém alcançável, **desde que cada país cumpra seus compromissos.**

A Presidência britânica deu maior ênfase à promoção de ações práticas setoriais do que até então. De forma inédita, foi acordada uma redução gradual das termelétricas a carvão sem captura de carbono.

O Pacto Climático de Glasgow é o resultado final de dois anos de intensa diplomacia e expansão das ambições. O trabalho da Presidência teve por foco a conclusão do Pacto Climático de Glasgow e a promoção de ações em âmbito mundial, nos eixos de:

- **Mitigação** - redução das emissões
- **Adaptação** - assistência aos já impactados pelas mudanças climáticas
- **Financiamento** - viabilização das metas climáticas de cada país
- **Cooperação** - união de esforços para alcançar objetivos ainda maiores

A Presidência britânica alcançou progressos em cada um dos quatro eixos, cujos marcos são descritos na íntegra neste documento. O Pacto Climático de Glasgow vem acelerar o ritmo das ações climáticas. No entanto, mesmo com os compromissos firmados antes e durante a COP26, a população mundial continuará a sentir os impactos das mudanças em nosso planeta. É preciso dar continuidade aos trabalhos da COP26, em um esforço global, conjunto e imediato para que se cumpram todos os compromissos firmados.

Nos últimos dois anos, o Reino Unido, em sua passagem pela Presidência, traçou expectativas e cobranças de todos os países participantes da COP26. Nos preparativos para sediar a Cúpula, o trabalho do governo britânico teve como focos:





MITIGAÇÃO **ADAPTAÇÃO** **FINANCIAMENTO** **COOPERAÇÃO**

DESTAQUES DA COP26:

1. **MITIGAÇÃO: adesão quase global ao compromisso com a neutralidade de carbono, Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) de 153 países, e fortalecimento das medidas de mitigação**
   Mais de 90% do PIB mundial passa a estar coberto por compromissos com a neutralidade carbônica. 153 países propuseram novas metas de redução das emissões até 2030 (NDCs). O Pacto Climático de Glasgow acelera o ritmo dos esforços e cria o arcabouço de regras e sistemas. Em Glasgow, os países participantes se comprometeram a retornar, no próximo ano, com novos compromissos robustecidos e um novo programa climático da ONU com ambições de mitigação, além de finalizarem o Livro de Regras de Paris. Para que se atinjam essas metas cada vez mais ambiciosas, a Presidência promoveu compromissos com a substituição das termelétricas a carvão, a interrupção e reversão do desmatamento, a redução das emissões de metano e a aceleração da transição para veículos elétricos.

2. **Adaptação e perdas e danos: intensificação dos esforços para atenuação dos impactos climáticos**
   80 países já apresentaram Comunicação sobre Adaptação ou Planos Nacionais de Adaptação visando fortalecer o nível de preparo para o enfrentamento de riscos climáticos – destes, 45 apresentaram os documentos no último ano. Foi definido o Programa de Trabalho Glasgow-Sharm el-Sheikh para o Objetivo Global de Adaptação, que direcionará as ações de adaptação. Foram destinados volumes recorde de recursos financeiros para ações de adaptação, com o compromisso de dobrar os níveis de 2019 até 2025. É a primeira vez que se estabelece uma meta específica para o financiamento à adaptação em âmbito global. Diversos países anunciaram parcerias para facilitar o acesso a financiamento, inclusive para povos indígenas. Foi criado um novo Diálogo de Glasgow sobre Perdas e Danos e mecanismos de financiamento. Foi operacionalizada a Rede Santiago para financiamento de perdas e danos, com definição clara de funções e fontes de recursos.

3. **Financiamento: mobilização de bilhões a trilhões**
   Países desenvolvidos avançaram rumo à meta de destinar US$ 100 bilhões ao financiamento climático, com previsão de alcançá-la até 2023. 34 países e cinco instituições públicas de fomento se comprometeram a encerrar o financiamento internacional de projetos de combustíveis fósseis sem captura de carbono. Instituições financeiras privadas e bancos centrais já se mobilizam para realocar trilhões em recursos para alcançar a neutralidade global. Em Glasgow, foi acordada uma nova meta de financiamento climático pós-2025. Os países desenvolvidos se comprometeram com um aumento significativo de seus aportes para fundos essenciais, a exemplo do Fundo para os Países Menos Desenvolvidos.

4. **Colaboração: união de esforços**
   Foi anunciada a iniciativa *Glasgow Breakthroughs*, que irá fortalecer a colaboração entre governos, empresas e a sociedade civil no sentido de acelerar o alcance das metas climáticas. Também contribuirão para as metas os recém-criados conselhos e diálogos sobre energia, veículos elétricos, transporte marítimo e *commodities*. Durante a COP26, foi finalizado o Livro de Regras de Paris, que prevê uma Estrutura de Transparência Aprimorada (comunicação comum das emissões e medidas de apoio), um novo mecanismo e normas para os mercados de carbono internacionais, e prazos unificados para cumprimento das metas de redução das emissões.



COP26 MARCOS



1. MITIGAÇÃO

ADESÃO QUASE GLOBAL AO COMPROMISSO COM A NEUTRALIDADE DE CARBONO, NDCs DE 153 PAÍSES, FORTALECIMENTO DAS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA, E ACELERAÇÃO DAS AÇÕES NAS ÁREAS DE CARVÃO, DESMATAMENTO, VEÍCULOS ELÉTRICOS E METANO.

O relatório especial do IPCC sobre os impactos do aquecimento global alertou sobre as consequências catastróficas de um aumento acima da meta de 1,5°C, estabelecida no Acordo de Paris. Apenas meio grau de aquecimento além da meta, entre 1,5 °C e 2 °C, traria graves consequências para a população e para o mundo natural, com impactos desproporcionais aos povos indígenas, a pequenos Estados insulares de baixa altitude, e a ecossistemas frágeis, como os recifes de corais, que seriam dizimados.

Mais de 90% do PIB mundial e cerca de 90% das emissões globais passaram a estar cobertos por compromissos com a neutralidade de carbono.

No total, 153 países apresentaram metas novas ou atualizadas de redução das emissões, as chamadas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), representando cerca de 80% das emissões mundiais de gases de efeito estufa (GEE). Como isso, a ONU projeta que a emissão de gases de efeito estufa (GEE) se reduza em 5 bilhões de toneladas até 2030 – o equivalente a mais de dez anos de emissões no Reino Unido na atualidade. Nem todos os países estão em vias de atingir a neutralidade até o meio do século, e existe a consciência de que é preciso acelerar os avanços.

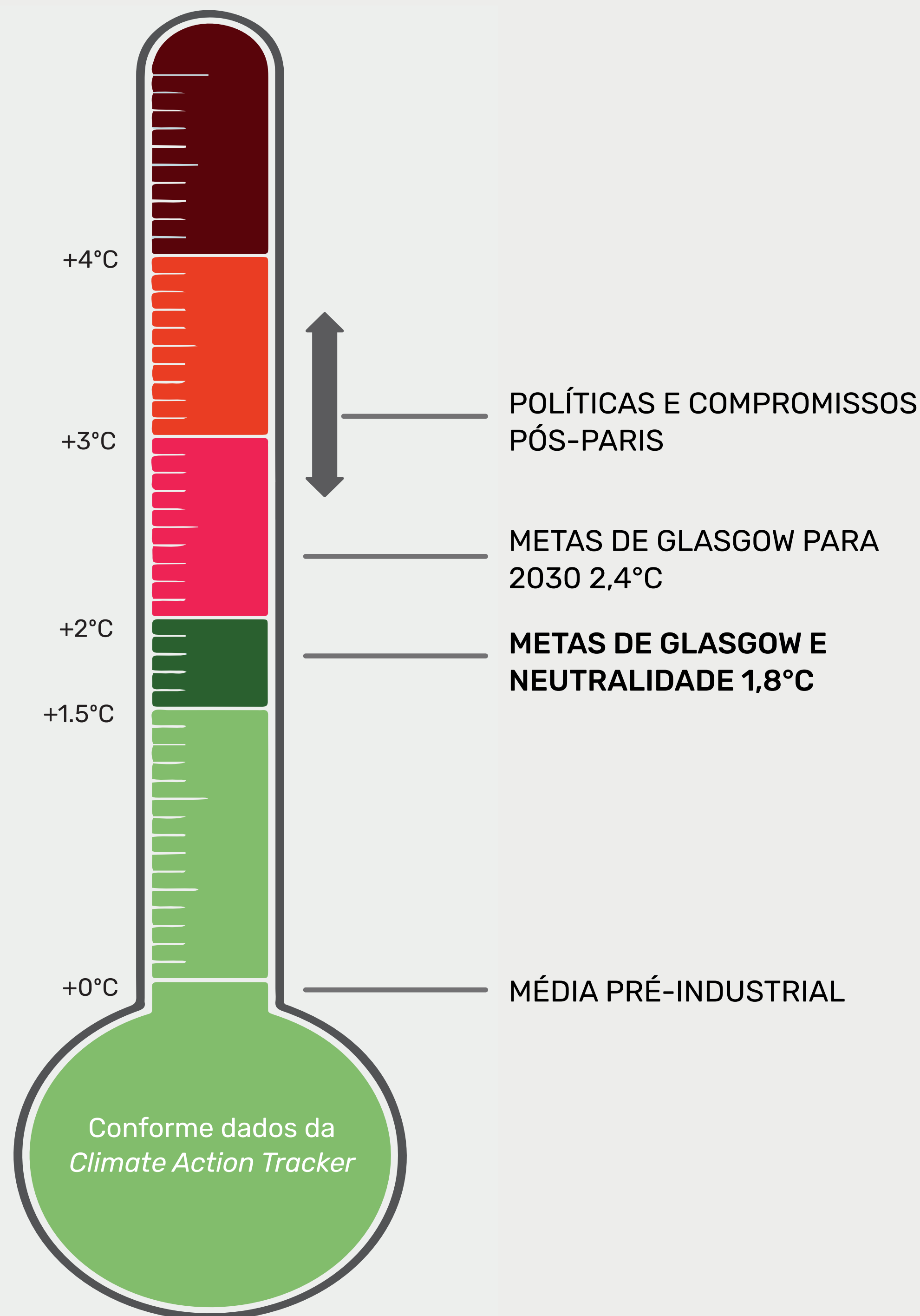
No âmbito do Pacto Climático de Glasgow, todos as partes se comprometeram a, ainda em 2022, reavaliar e reforçar suas metas atuais de redução das emissões até 2030. Foi criado, ainda, um novo programa de trabalho sobre a Meta Global de Adaptação e estabelecido o compromisso de realizar um evento anual de alto nível sobre a ambição de 2030. O Pacto Climático de Glasgow também reforça as ações no âmbito das estratégias de longo prazo e a necessidade de mantê-las atualizadas.

O Pacto Climático de Glasgow só será capaz de manter viva a ambição de 1,5°C se todos os países tomarem medidas imediatas e coordenadas para cumprir seus compromissos. Será necessário **substituir gradualmente o uso de energia a carvão, interromper e reverter o desmatamento, acelerar a transição para veículos elétricos e reduzir as emissões de metano.**

A CONFERÊNCIA DE GLASGOW MANTEVE AO ALCANCE A META DE 1,5ºC, MAS É PRECISO FAZER MAIS

Antes da cúpula de Paris, alguns cientistas alertavam para a possibilidade de as temperaturas globais se elevarem em até 6°C. Os compromissos firmados no Acordo de Paris ajustaram a trajetória para um aumento de até 2,7-3,7°C.

Com a concretização plena dos compromissos assumidos em Glasgow, será possível limitar o aquecimento a 2°C; e com o fortalecimento das ações ao longo da próxima década, a meta de 1,5°C se mantém ao alcance.



MITIGAÇÃO: CARVÃO

O setor energético responde por um quarto das emissões globais de gases de efeito estufa, sendo o carvão o maior responsável pelas mudanças climáticas causadas pela ação humana. Para manter viva a meta de 1,5°C, será necessário cessar imediatamente a construção de novas termelétricas a carvão, aumentar a oferta de energia limpa, e desativar as usinas a carvão existentes: até 2030 nas economias avançadas e até 2040 no restante do mundo.

A Presidência britânica se empenhou em pôr fim às termelétricas a carvão—o combustível fóssil mais poluente—sem controle de emissões. 65 países já se comprometeram a eliminar o carvão, sendo firmados mais de 20 novos compromissos na COP26. 48 países já são membros da *Powering Past Coal Alliance* (PPCA), ante 33 quando assumimos a presidência da COP. Os principais países financiadores de energia a carvão se comprometeram a encerrar tais financiamentos até o final de 2021. Foram prometidos mais de US$ 20 bilhões em novos recursos públicos e filantrópicos para ajudar países em desenvolvimento a expandir sua matriz de energias limpas em detrimento do carvão. Aprovamos, pela primeira vez nos 26 anos de história da UNFCCC, um texto com previsão de "redução gradual do uso de carvão" e do fim dos subsídios aos combustíveis fósseis.

Mas não podemos parar por aí. Precisamos reduzir gradualmente o uso de todos os combustíveis fósseis no setor energético. Na COP26, 34 países e 5 instituições financeiras públicas se comprometeram a encerrar, até o final de 2022, o financiamento público direto (cerca de US$ 24 bilhões anuais) ao setor internacional de energia de combustíveis fósseis sem captura de carbono.

Trata-se de um grande salto que redirecionará esses recursos – além de outros no setor privado – para projetos de energia renovável.

Marcos da COP26:
Parcerias internacionais mobilizaram mais de US$ 20 bilhões para uma transição justa e inclusiva do carvão para a energia limpa, incluindo:

- US$ 8,5 bilhões pela Parceria de Transição Energética Justa da África do Sul;
- US$ 2 bilhões pelos programas dos Fundos de Investimento Climático para Acelerar a Substituição do Carvão e a Integração de Energias Renováveis, que mobilizarão outros recursos por meio de parcerias multilaterais e privadas;
- Um novo fundo de US$ 10 bilhões para o setor de energia, a *Global Energy Alliance for People and Planet*, que tem como objetivo levar energia elétrica renovável e confiável a um bilhão de pessoas até 2030 e evitar 4 bilhões de toneladas de emissões de CO_2
- O Mecanismo de Transição Energética do Banco Asiático de Desenvolvimento, para acelerar a extinção antecipada do carvão e a transição para energias limpas na Indonésia e nas Filipinas

"O Dia da Energia na COP26 reuniu países no debate de alternativas para acelerar a transição energética global rumo à neutralidade. É animador ver os diversos países assumindo novos compromissos, sob a liderança da Presidência britânica da COP, para reduzir as emissões causadoras do aquecimento global e ampliar o financiamento de energias limpas."

Fatih Birol,
Diretor Executivo da Agência Internacional de Energia

"O Dia da Energia na COP26 foi um marco importante para impulsionar nossos esforços de transição para uma matriz energética limpa, justa e equitativa. ...Fiquei animada com a adesão de outros países ao Pacto Não Mais Carvão e com a ampliação do Conselho de Transição Energética."

Damilola Ogunbiyi,
Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para Energia Sustentável e CEO da Sustainable Energy for All

CARVÃO

Em sua Presidência da COP26, o governo do Reino Unido cobrou o fim das termelétricas a carvão.

190 países concordaram em reduzir gradualmente a participação da energia a carvão em suas matrizes, tendo já sido reduzido em 76% a construção de novas usinas a carvão desde o Acordo de Paris.

76%

Foto – Termelétrica a carvão em Nottingham, Reino Unido
Fonte: E3G

POR QUE É IMPORTANTE?

A queima de carvão para gerar energia elétrica produz gases tóxicos e é o maior contribuinte para as mudanças climáticas, o que torna fundamental eliminar seu uso o mais breve possível.



UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE UK 2021

IN PARTNERSHIP WITH ITALY

MITIGAÇÃO: INTERROMPER E REVERTER O DESMATAMENTO

A proteção e restauração de ecossistemas e o manejo sustentável do solo tem o potencial de reduzir as emissões líquidas anuais de gases de efeito estufa em mais de 7 giga toneladas até 2030. Também contribui para a adaptação, redução da vulnerabilidade climática, valorização da biodiversidade e melhoraria dos meios de subsistência. Para isso, é preciso interromper e reverter o desmatamento e a degradação do solo, e conservar os manguezais, as restingas e as turfeiras.

Na COP26, consolidou-se o compromisso com a proteção e valorização dos habitats naturais. Nesse sentido, 91% das florestas do mundo passaram a estar cobertas pela Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso do Solo, um pacto firmado por 137 países para pôr fim ao desmatamento até 2030.

Marcos da COP26:

Parceiros internacionais prometeram novos pacotes e compromissos de financiamento climático relacionado à natureza e ao uso do solo. Dentre eles:

- 137 países se comprometeram a interromper e reverter a perda de florestas e a degradação do solo até 2030, no âmbito da Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso do Solo
- 28 países lançaram um *roadmap* para proteção das florestas por meio de uma transformação global rumo à sustentabilidade no desenvolvimento e no comércio de commodities agrícolas;
- 12 países desenvolvidos se comprometeram a aportar US$ 12 bilhões em financiamento climático entre 2021 e 2025 para o novo Compromisso Global de Financiamento Florestal;
- 12 doadores governamentais e privados prometeram pelo menos US$ 1,5 bilhão para a proteção das florestas da Bacia do Congo.
- 14 doadores governamentais e privados prometeram pelo menos US$ 1,7 bilhão entre 2021 e 2025 para promover os direitos de posse florestal das comunidades locais e dos povos indígenas e apoiá-los em sua função de guardiões das florestas e da natureza;
- Além disso, foram mobilizados pelo menos US$ 7,2 bilhões em financiamento do setor privado;

Esta foi a “COP da natureza”, algo que é fácil no discurso, mas muito mais difícil de fazer na prática, pois passa pela transformação da forma como produzimos nossos alimentos, protegemos e restauramos nossos ecossistemas, criamos meios de renda sustentáveis e controlamos as mudanças climáticas. Mas foi na Cúpula de Líderes Mundiais da ONU e no Dia da Natureza e Uso do Solo que foram divulgadas as ações mais assertivas e capazes de reverter a maré do desmatamento: compromissos públicos e privados de mais de US$ 20 bilhões que representam uma poderosa força coletiva de governos, empresas, instituições financeiras e comunidades, se unindo para criar uma economia e um futuro positivos para a natureza.

Justin Adams,
Diretor Executivo da Tropical Forest Alliance,
ligada ao Fórum Econômico Mundial

Em um ano marcado por incertezas e desconfianças, a COP26 reafirmou a importância de um esforço global e coletivo para enfrentar a crise climática. Nas duas semanas de debates, houve muitos pontos altos e sinais de progresso que trazem boas perspectivas, tendo as nações presentes demonstrado determinação em limitar o aquecimento a 1,5°C e sinalizado um forte compromisso com a eliminação do carvão, a redução das emissões de metano, e a interrupção e reversão da perda de florestas. Foi uma COP verdadeiramente histórica em questões vitais como florestas, uso do solo, agricultura, oceanos e natureza. Agora é hora de passar dos compromissos para a ação.

Ani Dasgupta,
Presidente e CEO da World Resources Institute

ÁRVORES

Na COP26, 137 líderes mundiais se comprometeram a interromper e reverter a perda de florestas e a degradação do solo até 2030.



das florestas globais estão contempladas pelo acordo – celebrado na COP26—desde as florestas de coníferas da Europa até as florestas tropicais da América do Sul e África.

Foto - floresta amazônica, Brasil

POR QUE É IMPORTANTE?

Com a derrubada de florestas, perde-se sua capacidade de extrair gases de efeito estufa da atmosfera, bem como o habitat que proporcionam para animais e aves, o que pode levá-los à extinção.



UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE UK 2021

IN PARTNERSHIP WITH ITALY

MITIGAÇÃO: ACELERANDO A TRANSIÇÃO PARA VEÍCULOS ELÉTRICOS

O transporte rodoviário é responsável por mais de 10% das emissões globais de gases de efeito estufa e cerca de metade do consumo mundial de petróleo. A descarbonização do transporte rodoviário pode evitar a emissão de 2,6 gigatoneladas de dióxido de carbono por ano até 2030. Na COP26, o principal objetivo para o transporte foi demonstrar que a transição para tecnologias de emissão zero atingiu um ponto de inflexão: é inevitável, já está acontecendo e, por meio de iniciativas colaborativas, será acelerada. A COP26 deve ser lembrada como a COP que impulsionou o mercado de massa para veículos de emissão zero.

Mais de 30 países, seis grandes montadoras e outros atores, como governos municipais, estabeleceram o objetivo de que todos os carros e vans zero quilômetro sejam de emissão zero até 2035 nos principais mercados, e até 2040 no resto do mundo. Países que representam um quinto do mercado global de automóveis firmaram compromissos ou propostas a nível nacional para pôr fim à venda de veículos poluentes. Até o início do ano, eram poucas as montadoras com prazos definidos para encerar a produção de motores de combustão interna; agora, já representam um terço do mercado global.

Marcos da COP26:

No período que antecedeu a COP26, e durante sua realização, foram firmados amplos compromissos para acelerar a transição para veículos elétricos. Dentre eles:

- A Declaração da COP26 sobre Aceleração da Transição para Carros e Vans com Emissão Zero contou com a adesão de mais de 35 países, 6 grandes montadoras, 43 municípios, estados e regiões, 28 empresas frotistas e 15 instituições financeiras e investidores, todos comprometidos em trabalhar juntos para atingir esse objetivo
- De quase zero há dois anos, o número de montadoras comprometidas em eliminar gradualmente os veículos movidos a combustíveis fósseis passou a representar mais de 30% do mercado global
- Na Europa, General Motors, Jaguar, Fiat, Volvo, Audi, Ford e Volkswagen se comprometeram a produzir 100% de veículos com emissão zero (ZEV) até 2035
- Mais de 110 empresas aderiram à iniciativa EV100, comprometendo-se a ter frotas 100% zero emissão até 2030

O Dia do Transporte na COP26 deu um impulso fundamental para acelerar a transição para uma mobilidade mais sustentável.

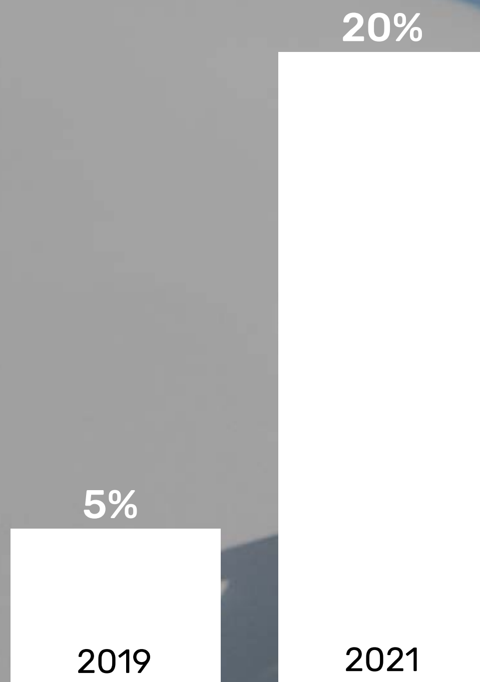
Tive o orgulho de representar a Volvo Cars no evento de lançamento da Declaração de Glasgow sobre Veículos de Emissão Zero, que estabelece a meta de alcançar 100% de veículos com emissão zero até 2035 nos principais mercados. Para nós, o plano de oferecer somente veículos elétricos até 2030 não é apenas a coisa certa a fazer para o planeta, mas também algo fundamental para o futuro de nossa empresa. É preciso uma sinalização clara, a exemplo desta Declaração, para mobilizar a indústria automotiva em geral.

Também vejo com bons olhos o foco da Declaração na cooperação, envolvendo não apenas montadoras, mas também governos, grandes frotistas, e investidores. Somente pela parceria será possível reduzir significativamente o impacto climático do setor de transporte rodoviário.

Håkan Samuelsson,
CEO da Volvo Cars

CARROS

Em sua presidência da COP26, o governo do Reino Unido defendeu a transição para veículos com zero emissão de carbono em todo o mundo.



Desde 2019, países que representam 20% do mercado global de automóveis já se comprometeram a eliminar gradualmente os carros a gasolina e diesel até 2035—ante apenas 5% em 2019.

Foto – The Office for Zero Emission Vehicles, ponto de recarga
Fonte: BNEF

POR QUE É IMPORTANTE?

Acelerar a transição para veículos de emissão zero contribui para as metas climáticas ao reduzir as emissões e garantir um ar mais limpo para respirarmos.



UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE UK 2021

IN PARTNERSHIP WITH ITALY

MITIGAÇÃO: REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE METANO

METANO

Mais de 100 países se comprometeram a reduzir as emissões globais de metano em 30% até 2030, assinando o Compromisso Global de Metano *(Global Methane Pledge)*

46%

46% das emissões abrangidas pelo compromisso

Foto - Refinaria de Petróleo, Porto de Los Angeles

O grande foco tem sido o CO_2. Mas o metano é um poderoso gás de efeito estufa e, no entanto, nenhuma outra COP na história recente havia promovido um evento de grande porte sobre este poluente. Na COP26, mais de 100 países assinaram o Compromisso Global de Metano, prometendo reduzir as emissões globais do gás em 30% até 2030. Entre eles estão seis dos 10 maiores emissores de metano do mundo: Estados Unidos, Brasil, UE, Indonésia, Paquistão e Argentina. Juntos, representam potencialmente 46% das emissões globais de metano, e mais de 70% do PIB mundial, desempenhando um papel fundamental em manter ao alcance a meta de 1,5°C.

"Nas duas semanas da COP26, tivemos progressos significativos capazes de fomentar profundas reduções nas emissões de metano. O Compromisso Global de Metano, lançado no segundo dia da COP, oferece um excelente ponto de partida. Em um movimento liderado pelos EUA, UE e Reino Unido, mais de 100 países se comprometeram publicamente a reduzir as emissões globais de metano, incluindo seis dos dez maiores emissores. Governantes de todo o mundo passam a ter motivação para promover políticas inteligentes de combate ao metano nos setores de petróleo e gás, gestão de resíduos, e agropecuária. No resumo elaborado pela UNFCCC dos principais resultados da COP deste ano, é destacada a importância das reduções de metano para o combate às mudanças climáticas. Foi dada largada na corrida em busca de profundas reduções das emissões em nível nacional e regional."

Armond Cohen,
Diretor Executivo da Clean Air Task Force

POR QUE É IMPORTANTE?

O metano é um potente gás de efeito estufa. A maior parte das emissões do gás tem origem nas indústrias de petróleo e gás, gestão de resíduos e agropecuária.



UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE UK 2021

IN PARTNERSHIP WITH ITALY

2. ADAPTAÇÃO, PERDAS E DANOS



INTENSIFICAÇÃO DOS ESFORÇOS DE COMBATE AOS IMPACTOS CLIMÁTICOS

A população mundial já convive com as consequências devastadoras das mudanças no clima, como a intensificação e aumento da frequência e dos impactos de eventos climáticos extremos. A elevação do nível do mar e alterações nos regimes climáticos ameaçam os meios de subsistência e as terras de milhões de pessoas. Mesmo com o trabalho incansável para reduzir as emissões, a continuidade das mudanças climáticas é inevitável.

Sabemos que os mais vulneráveis são os que mais sofrem com as mudanças no clima, e os que menos contribuíram para causá-las. São necessárias ações mais assertivas para evitar, minimizar e tratar das perdas e danos associados às mudanças climáticas, preservando vidas e meios de subsistência.

Na COP26, foi definido o Programa de Trabalho Glasgow-Sharm el-Sheikh para o Objetivo Global de Adaptação, tendo como meta reduzir a vulnerabilidade, fortalecer a resiliência e aumentar a capacidade da população e do planeta de se adaptar aos impactos das mudanças climáticas.

A formulação de um plano nacional por cada país é um passo fundamental para a gestão dos impactos climáticos. 80 países já apresentaram Comunicação sobre Adaptação ou Planos Nacionais de Adaptação visando fortalecer o nível de preparo para o enfrentamento de riscos climáticos – destes, 45 apresentaram os documentos no último ano.

As mudanças climáticas são um desafio compartilhado por todos e, da mesma forma, os planos nacionais se beneficiam do compartilhamento de conhecimento. Para isso, o Reino Unido co-desenvolveu a iniciativa *Adaptation Action Coalition*. A coalizão já reúne 40 países na busca de soluções para superar alguns dos maiores desafios das mudanças climáticas, e está aberta à adesão de novos integrantes.

Na COP26 houve, ainda, o lançamento da *Adaptation Research Alliance* (ARA) – primeira aliança mundial para pesquisas em adaptação. A **rede global, composta por mais de 60 instituições em 30 países**, mobilizará governos, empresas e o terceiro setor para fortalecer a resiliência de países vulneráveis. A ARA colocará no centro de seus trabalhos o conhecimento e as soluções de povos indígenas.

Na COP26, financiadores climáticos assumiram compromissos específicos de ampliação do apoio à adaptação: tanto em números absolutos quanto como proporção do financiamento climático total. Foram prometidos aportes de mais de US$ 350 milhões ao Fundo de Adaptação da UNFCCC: quase o triplo do valor do maior aporte coletivo anterior. Mais de US$ 600 milhões foram, ainda, prometidos ao Fundo para Países Menos Desenvolvidos, no maior aporte coletivo já recebido pelo fundo. Esses aportes, em valor recorde, contribuem para fomentar a resiliência de comunidades vulneráveis, preservando meios de renda e vidas.

A Comissão Europeia, Bélgica, Itália, Austrália, Nova Zelândia e o Banco Africano de Desenvolvimento aderiram ao *Champions Group on Adaptation Finance*, grupo que trabalha para buscar o equilíbrio entre adaptação e mitigação no financiamento climático. Coletivamente, o grupo deve fornecer cerca de US$ 12,7 bilhões em financiamento à adaptação em 2025.

Na COP26, foi estabelecido um novo "Diálogo de Glasgow sobre Perdas e Danos", reunindo países e organizações atuantes no tema para debater mecanismos para o financiamento de ações que evitem, minimizem e enderecem as perdas e danos causados pelas mudanças climáticas. Foi operacionalizada, ainda, a Rede Santiago para financiamento de perdas e danos, com definição clara de funções e fontes de recursos.

Marcos da COP26:

Foram anunciados na COP26 novos aportes de recursos do governo britânico para ajudar países vulneráveis a se adaptarem a esses impactos e a endereçar, minimizar e evitar perdas e danos, incluindo:

- £274 milhões em apoio a comunidades na Ásia e no Pacífico, visando fortalecer o planejamento, investimento e financiamento de ações de combate às mudanças climáticas, aprimorar a preservação ambiental e fomentar o desenvolvimento de baixo carbono;
- Mais de US$ 27 milhões em aportes adicionais do Reino Unido, Índia e Austrália para a Coalizão para Infraestruturas Resilientes a Desastres (*Coalition for Disaster Resilient Infrastructure* – CDRI), que visa ampliar a resiliência da população contra desastres relacionados ao clima;
- O programa-quadro para pesquisa em Adaptação Climática e Resiliência (*Climate Adaptation & Resilience research framework programme* – CLARE), com £ 100 milhões. O programa, que conta com financiamento conjunto do Reino Unido e Canadá, tem por objetivo realizar pesquisas que apontem soluções inovadoras de adaptação aos impactos climáticos, beneficiando cinco milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade;
- £ 10 milhões, US$ 3,5 milhões e subsequentes aportes da Irlanda para a Iniciativa para Adaptação e Resiliência dos Países Menos Desenvolvidos (*Least Developed Countries Initiative For Effective Adaptation and Resilience* - LIFE-AR), ajudando esses grupos a reduzir sua vulnerabilidade às mudanças climáticas;
- US$ 67 milhões para o Programa de Parcerias para Resiliência Comunitária (*Community Resilience Partnership Program* – CRPP), incluindo US$ 45 milhões do Reino Unido, EUR 6 milhões do Fundo Nórdico de Desenvolvimento (*Nordic Development Fund* - NDF), e EUR 2 milhões da AfD (Agência Francesa de Desenvolvimento);
- US$ 150 milhões para a iniciativa *Financing Locally-Led Climate Action* (FLLoCA), por meio de aportes da Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), Suécia e do Governo da Quênia (GoK).



"O fato de muitas nações ricas também contribuírem com recursos financeiros para ajudar países menos desenvolvidos na adaptação às mudanças climáticas e redução das emissões já é um sinal de progresso, ajudando a combater as duas faces da crise climática. Além disso, muitas dessas nações mais ricas também estão se comprometendo a transferir tanto recursos quanto poder de decisão para as comunidades locais que estão na linha de frente do aquecimento global, permitindo que sejam protagonistas de sua própria resposta."

Clare Shakya, Diretora de Clima do Instituto Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento

3. FINANCIAMENTO

MOBILIZAMOS BILHÕES EM RECURSOS PÚBLICOS E TRILHÕES DO SETOR PRIVADO.

Sabe-se que o custo das ações para prevenir as mudanças climáticas será muito menor do que o custo para mitigar seus impactos. Existem, ainda, oportunidades econômicas significativas a serem exploradas na transição de baixo carbono: a energia solar nunca esteve tão barata; veículos de emissão zero serão mais baratos, mais confiáveis e deixarão o ar mais limpo em nossas cidades do que carros movidos a combustíveis fósseis. A COP26 foi uma oportunidade histórica para fomentar as indústrias do futuro, trazendo investimentos para comunidades em todo o mundo e criando milhões de empregos.

No entanto, para financiar a transição global para economias resilientes e neutras em carbono, serão necessários trilhões de dólares em investimentos. Ao mesmo tempo, são necessários investimentos urgentes em adaptação e resiliência diante dos atuais impactos das mudanças climáticas, sobretudo nas comunidades mais vulneráveis ao clima.

Para os países em desenvolvimento, trata-se de uma questão de confiança. Por isso, o Reino Unido priorizou em sua passagem pela Presidência o compromisso dos países desenvolvidos de captar anualmente US$ 100 bilhões para o financiamento climático. Esses recursos devem ser acessíveis aos que deles necessitam e terão papel fundamental na mobilização de financiamento privado. Em Glasgow, a agenda de "Financiamento de Longo Prazo" foi estendida até 2027, para que se mantenha o foco no objetivo. Foi acordada, ainda, a elaboração pela UNFCCC de um relatório sobre o progresso rumo aos US$ 100 bilhões, dando voz aos países em desenvolvimento e consolidando relações de confiança.

Também na COP26, foi acordada a definição de uma nova meta de financiamento climático pós-2025, e estabeleceu-se um programa de trabalho específico para o tema. Este servirá de espaço para a captação de recursos além dos US$ 100 bilhões, promovendo um debate sério e inclusivo que contribua para mobilizar os recursos necessários para concretizar o Acordo de Paris, e garantindo que a atuação da Presidência britânica nas áreas de finanças públicas e privadas deixe um legado para o futuro. Foi também levado em conta o recente Relatório de Determinação de Necessidades, que analisa as necessidades dos países em desenvolvimento para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Trabalhamos, ainda, para assegurar o alinhamento dos trilhões em recursos privados aos objetivos do Acordo de Paris: garantindo que estejam em conformidade com os padrões de financiamento verde, promovam a neutralização das carteiras de investimento e canalizem recursos para economias em desenvolvimento.

Apoio internacional

Sob a Presidência do Reino Unido, 95% dos maiores financiadores climáticos entre países desenvolvidos assumiram novos compromissos para o futuro, contribuindo para a meta de atingir US$ 100 bilhões até 2023 e seguir em trajetória crescente de recursos até 2025. **Hoje, já se prevê a mobilização de US$ 500 bilhões no período 2021-25.**

Na COP26, foram anunciados novos e significativos aportes de financiamento climático de países desenvolvidos, incluindo US$ 11 bilhões em novos recursos do Japão, US$ 1 bilhão do Reino Unido, além de iniciativas destinadas a mobilizar diretamente bilhões adicionais em financiamento privado para países em desenvolvimento.

O financiamento público climático terá maior equilíbrio, com aportes também à adaptação, inclusive no âmbito de compromissos assumidos por integrantes do *Champions Group on Adaptation Finance*: Reino Unido, Suécia, Países Baixos, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Austrália, Nova Zelândia, Itália, Alemanha, CE, Bélgica e BAD.

O Reino Unido, ao lado de Fiji, lançou a **Força-Tarefa sobre Acesso ao Financiamento Climático** (*Taskforce on Access to Climate Finance*). Este grupo realizará pilotos em cinco países pioneiros – Bangladesh, Fiji, Jamaica, Ruanda e Uganda – para agilizar e facilitar o acesso a financiamento climático para países em desenvolvimento. O Reino Unido garantiu £ 100 milhões para apoiar a implementação do modelo desenvolvido pela Força-Tarefa.

As iniciativas anunciadas na COP pelo Grupo Banco Mundial e pelo Banco Asiático de Desenvolvimento preveem o compartilhamento de riscos com os países em desenvolvimento e a captação de até US$ 8,5 bilhões para apoio a ações climáticas e ao desenvolvimento sustentável. O grupo Fundos de Investimentos Climáticos (CIF) lançou, ainda, um instrumento de financiamento inovador. O chamado Mecanismo de Mercado de Capitais (*Capital Markets Mechanism – CCMM*) captará até US$ 7 bilhões ao longo de 10 anos para projetos de energia limpa, que por sua vez poderão captar outros US$ 70 bilhões em investimentos futuros.

Bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD), pela sua própria natureza, estão entre as principais fontes de financiamento climático. Antes de o Reino Unido assumir a Presidência, apenas um BMD havia adotado um plano de alinhamento ao Acordo de Paris com prazo definido. Hoje, quase todos os BMD já contam com planos que preveem o alinhamento até 2025, e alguns já alcançaram essa meta. **Quase todos os principais BMD se comprometeram, ainda, a ampliar as metas de financiamento verde para entre 30% e 50%,** e os dez maiores BMDs anunciaram coletivamente sua intenção de expandir ainda mais a oferta de financiamento climático, inclusive recursos para adaptação.

Os 26 maiores bancos bilaterais e regionais de desenvolvimento do mundo desenvolvido e em desenvolvimento, integrantes **do Clube Internacional de Financiamento ao Desenvolvimento, se comprometeram com uma meta nova e mais arrojada de mobilização de financiamento climático: US$ 1,3 trilhão para o período entre 2019 e 2025**. Desse montante, uma parcela significativa será destinada à adaptação e à natureza: em 2020, o grupo desembolsou US$ 27,4 bilhões em financiamentos para adaptação. O grupo de bancos públicos também se comprometeu a descontinuar o financiamento público internacional de novas termelétricas a carvão sem controle de emissões.

Mas o impacto dessas conquistas de financiamento climático será enfraquecido caso se mantenha o financiamento público aos combustíveis fósseis ao redor do mundo. Por isso, em um movimento histórico, **34 países e 5 bancos públicos se comprometeram a descontinuar, até o final de 2022, o aporte de novos recursos públicos diretos à extração mundial de combustíveis fósseis** e a novas termelétricas sem controle de emissões. Com isso, estima-se que serão liberados US$ 24 bilhões por ano em recursos para energia limpa, evitando onerar os países com ativos ociosos.

Esse compromisso abrange todo o G7, exceto o Japão, e representa um enorme avanço conquistado em apenas um ano de trabalhos. É importante ressaltar que muitas economias em desenvolvimento e emergentes – Zâmbia, Gâmbia, Maldivas, Burquina Faso, Fiji, El Salvador e Mali – aderiram à declaração, sinalizando **o desejo das economias emergentes de promover seu crescimento com energia limpa no lugar de combustíveis fósseis**. É a primeira vez que uma Presidência da COP prioriza essa questão, enviando um claro sinal capaz de mobilizar investidores privados.

No início deste ano, o FMI emitiu US$ 650 bilhões em Direitos Especiais de Saque (SDRs), o que ampliou os espaços fiscais. Em outubro, **os líderes do G20 definiram uma meta global de US$ 100 bilhões, viabilizada pelo aporte de parte de seus SDRs** para países emergentes. De acordo com o FMI, um novo Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade (RST, na sigla em inglês) fornecerá financiamento de longo prazo a reduzidas taxas de juros tanto para países de baixa renda quanto para países de média renda em situação de vulnerabilidade. O RST terá um **volume-alvo de recursos de, no mínimo, US$ 30 bilhões e deve entrar em funcionamento no segundo semestre de 2022**.

Mais de 450 instituições, responsáveis por mais de US$ 130 trilhões em ativos financeiros privados, se comprometeram com metas de neutralização por meio da Aliança Financeira de Glasgow para a Neutralidade do Carbono (GFANZ, na sigla em inglês), vinculada à iniciativa *Race to Zero* da ONU. Empresas gestoras e titulares de ativos se comprometeram em apresentar metas de descarbonização para 2025 ou 2030, e mais de 90 já estabeleceram tais metas.

Os compromissos do setor privado não devem ter o caráter de *greenwashing*. A seriedade no cumprimento dos compromissos é fundamental. Os **membros da GFANZ devem se comprometer a seguir planos baseados em ciência**, lastreados em uma metodologia independente e reconhecida internacionalmente; devem revisar suas metas a cada cinco anos e prestar contas anualmente de seu progresso e das emissões de seus investimentos. Para garantir um processo mais rigoroso, a GFANZ comprometeu-se a prestar contas periodicamente ao Conselho de Estabilidade Financeira e a trabalhar com os governos para inserir seus planos de transição em um marco regulatório permanente.

Normas rigorosas e prestação de contas são essenciais para a integridade dos planos de neutralização do setor privado. 36 países passarão a exigir que suas empresas divulguem aos investidores informações transparentes sobre riscos climáticos, subsidiando suas decisões de investimento em setores mais verdes. Para garantir uma metodologia universal de divulgação de riscos climáticos aos mercados financeiros, mais de 40 países – representando mais de 83% do PIB mundial – apoiarão a criação de um novo órgão internacional, o International Sustainability Standards Board (ISSB), incumbido de desenvolver normas de relato de sustentabilidade.

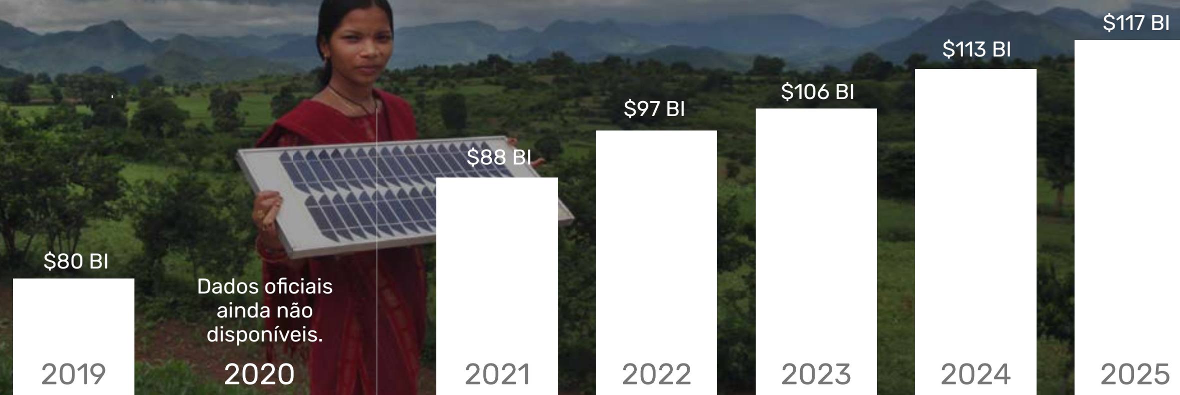
Na COP26, houve importantes avanços nos eixos de **capacitação e transferência de tecnologia.** Cientes do papel fundamental da capacitação, criamos em nossa passagem pela Presidência a iniciativa *COP26 Catalyst for Climate Action*, que reúne os principais *stakeholders* para desenvolver recomendações sobre capacitação nas áreas de adaptação, financiamento, mercados de carbono e prestação de contas, inclusive por meio de consultas mais amplas em três Semanas Climáticas Regionais da ONU.

Os dados da OCDE usados no infográfico acima podem ser encontrados [aqui]

RECURSOS FINANCEIROS

Foto – Meenakshi Dewan cuida da manutenção em Tinginaput, na Índia
Fonte: OEC

Em 2009, os países desenvolvidos se comprometeram a mobilizar US$ 100 bilhões por ano entre 2020 e 2025 para apoiar países em desenvolvimento na adaptação climática e redução de suas emissões, objetivo que deve ser cumprido já em 2023.



Considerando os dados do "Cenário 1" da OCDE, sem incluir os compromissos recentes feitos na COP26

POR QUE É IMPORTANTE?

É preciso mobilizar recursos para apoiar os países em desenvolvimento no enfrentamento das mudanças climáticas – esses recursos serão aplicados em áreas como energia renovável, defesas contra inundações, culturas resistentes a estiagem e desenvolvimento de tecnologias verdes.



UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE UK 2021

IN PARTNERSHIP WITH ITALY

4. COOPERAÇÃO

UNIÃO DE ESFORÇOS.

Uma das maiores prioridades da Presidência britânica e de muitos países foi a finalização do "Livro de Regras de Paris", visando operacionalizar plenamente o Acordo de Paris. O documento detalha as regras e mecanismos para a implementação do Acordo de Paris, muitos deles formulados ainda na COP24, na Polônia. No entanto, houve várias matérias em que as divergências entre as Partes eram tamanhas ao ponto de impossibilitar um acordo em COPs anteriores. Na COP26 foi possível dirimir essas divergências e foram objeto de acordo:

- As três partes constituintes do Artigo 6, que tratam da cooperação voluntária, do novo mecanismo de crédito de carbono e de mecanismos não mercadológicos;
- Cronogramas comuns para as metas de redução de emissões (NDCs)
- Tabelas com detalhamento da Estrutura de Transparência Aprimorada, de forma que todos adotem uma abordagem comum no monitoramento e divulgação de suas emissões, iniciativas de suporte e ações

Na Cúpula de Líderes Mundiais da COP26, mais de 40 países, responsáveis por mais de 70% do PIB global, endossaram a iniciativa Breakthrough Agenda, comprometendo-se a trabalhar juntos para que, antes do final desta década, as alternativas limpas e sustentáveis tornem-se as mais acessíveis e atraentes em cada um dos setores emissores. Juntos, esses países atuarão para atingir quatro objetivos, as chamadas *"Breakthroughs"*, nas áreas de:

- Energia: até 2030, tornar a energia limpa a alternativa mais acessível e confiável para todos os países atenderem suas necessidades energéticas com eficiência
- Transporte rodoviário: até 2030, tornar os veículos de emissão zero o novo normal—acessíveis e sustentáveis em todas as regiões
- Aço: até 2030, tornar o aço com emissão quase zero a primeira escolha nos mercados globais, consolidando e difundindo técnicas de uso e produção eficiente de aço com emissão próxima de zero em todas as regiões
- Hidrogênio: até 2030, garantir a disponibilidade global de hidrogênio acessível, renovável e de baixo carbono

De forma mais ampla, o Reino Unido criou uma série de instrumentos internacionais para fomentar a colaboração em áreas-chave:

- A Presidência britânica da COP constituiu o Conselho de Transição Energética em setembro de 2020, o qual serviu de fórum para diálogos nacionais, regionais e internacionais com mais de 20 governos e mais de 15 instituições internacionais, em prol da transição mundial para a energia limpa

- Em fevereiro de 2021, o Reino Unido e a Indonésia estabeleceram o Diálogo sobre Florestas, Agricultura e Comércio de Commodities (FACT, na sigla em inglês), reunindo os principais países produtores e consumidores de commodities agrícolas para cooperarem na proteção das florestas aliada ao desenvolvimento e ao comércio. Na COP26, 28 países, incluindo Indonésia, Colômbia, Brasil, Gana, UE, Reino Unido e EUA, lançaram o *FACT Roadmap*, documento em que se comprometem a cooperar para promover a produção e o comércio sustentáveis e definem ações para promover a sustentabilidade, apoiar pequenos agricultores, aumentar a transparência das cadeias de produção, e fomentar a inovação

- Em novembro de 2020, o Reino Unido criou o *Zero-Emission Vehicle (ZEV) Transition Council*, conselho que reúne 15 dos maiores e mais dinâmicos mercados automobilísticos para acelerar a transição para veículos com emissão zero (ZEV, na sigla em inglês). Os encontros do Conselho ajudaram a formar consensos quanto ao ritmo de avanço necessário para atingir as metas de Paris. Na COP26, o Conselho traçou um plano de ação para acelerar a transição global para veículos ZEV, inclusive por meio do apoio aos países em desenvolvimento. Os EUA foram eleitos para a co-presidência do Conselho, ao lado do Reino Unido

- Na Declaração do Clydebank da COP26, 22 países se comprometeram a cooperar com as principais empresas do setor de transporte marítimo na criação dos primeiros corredores marítimos verdes do mundo. Esta parceria inédita terá um papel central na descarbonização do transporte marítimo. A *International Aviation Climate Ambition Coalition*, lançada na COP26 com apoio de 21 países, dará início a um ano de estreita cooperação entre governos visando definir, até a COP27, uma meta ambiciosa de longo prazo para as emissões da aviação internacional

O Pacto Climático de Glasgow destaca a importância dos direitos humanos e da colaboração entre os diversos setores econômicos e todas as esferas da sociedade, de modo a garantir ações climáticas eficazes e uma transição justa. No Pacto estão previstas ações específicas para conferir maior coerência e assertividade às iniciativas voltadas aos ecossistemas marítimos e terrestres, assim como ações de fomento a parcerias locais, regionais, nacionais e intersetoriais.

Por meio da campanha *UN Climate Champions Race to Zero*, cerca de 8.000 atores não estatais – dentre eles 1.049 municípios, 5.235 empresas, 441 instituições financeiras, 1.039 instituições de ensino e 52 instituições de saúde – se comprometeram a reduzir pela metade suas emissões até 2030. Além disso, a Coalizão Under2 – grupo que representa 50% da economia mundial e 1,75 bilhão de pessoas comprometidas em manter o aumento da temperatura global abaixo de 2 °C – atualizou seus critérios de adesão na COP26, alinhando-os com a meta de 1,5°C. Setenta de seus membros já atualizaram seus compromissos para atingir a neutralidade carbônica até 2050, e há um trabalho de mobilização para que outros sigam no mesmo caminho.

A Campanha de Resiliência da iniciativa *Champions' Race to Zero* lançou um sistema de indicadores que, de forma inédita, permite que municípios, estados, empresas e investidores acompanhem o avanço rumo à meta de construir resiliência climática para os 4 bilhões de pessoas mais vulneráveis até 2030. O programa *Windows on Resilience* atraiu mais de 7.000 pessoas através do Resilience Hub na COP26, dando voz às pessoas na linha de frente dos esforços climáticos e promovendo debates sobre desafios e soluções compartilhadas.



POR UMA COP SEGURA E INCLUSIVA

A COP26 foi a maior edição até então: foram 120 líderes mundiais e 50.000 delegados inscritos. Mais de 38.000 participantes estiveram presentes na COP26, representando 194 países. Através do apoio aos participantes no acesso a vacinas contra COVID-19 antes de sua ida a Glasgow, além da realização de testes diários para COVID-19 e a manutenção de protocolos rigorosos de isolamento, a segurança dos participantes foi garantida. Para assegurar que todas as vozes fossem ouvidas, houve um intenso processo de engajamento com jovens e a sociedade civil antes da COP, e a Presidência promoveu dias temáticos sobre Gênero e Empoderamento Jovem e Social. Além disso, na COP26 foi definido um novo Programa de Trabalho Decenal sobre Ações de Empoderamento Climático, com o objetivo de promover o engajamento de jovens, a educação climática e a participação social.

Uma das prioridades da Presidência da COP era garantir que a cúpula fosse realizada de forma presencial e inclusiva, algo que considerávamos fundamental para seu sucesso. A COP26 teve de ser adiada em um ano por conta da COVID-19. Mas o combate às mudanças climáticas não pode aguardar o fim da pandemia: o consultor científico-chefe do Reino Unido, Patrick Vallance, deixou claro que os desafios associados às mudanças climáticas superarão os da COVID-19.

Para que as restrições relacionadas à COVID-19 não impedissem a participação no evento, o governo britânico custeou as estadias de quarentena obrigatórias para todos os participantes inscritos na COP26 (delegados, observadores e imprensa) vindos de países da lista vermelha. Cobrimos os custos de todos os participantes que testaram positivo durante o período de quarentena e foram obrigados a prolongar sua estadia por mais 10 dias. Os vistos foram emitidos gratuitamente aos participantes com reconhecimento oficial da UNFCCC, e fornecemos orientações sobre o processo de solicitação de visto em todos os idiomas da ONU (francês, espanhol, russo, chinês, árabe e inglês).

Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês) têm um papel vital no processo da UNFCCC. A redução da frequência de voos internacionais e as medidas de quarentena em países de escala por conta da COVID-19 trouxeram dificuldades logísticas para cidadãos das ilhas do Pacífico desejando viajar à COP. O governo britânico se empenhou para garantir sua participação, por meio da articulação com instituições do Pacífico e países de escala (EUA, Austrália, Nova Zelândia) para superar as barreiras no transporte aéreo. Com recursos do Fundo Fiduciário para Participação da UNFCCC (*UNFCCC Trust Fund for Participation*), os SIDS e Países Menos Desenvolvidos (PMDs) receberam apoio para hospedagem.

O Dia do Gênero na COP26 trouxe novos compromissos de países e *stakeholders* para que as ações climáticas sejam sensíveis às questões de gênero e para que a liderança e o protagonismo feminino sejam fortalecidos nas ações climáticas, de acordo com o Plano de Ação de Gênero da UNFCCC e a iniciativa Ação Feminista pela Justiça Climática, da ONU Mulheres. Também realçou nosso apoio a uma transição à neutralidade que seja sensível às questões de gênero e a importância da educação de meninas para as ações climáticas. Fizemos aportes ao *Women Delegates Fund* para custeio de viagens, capacitação e oportunidades de networking na Cúpula – viabilizando a participação de negociadoras de países em desenvolvimento na COP26. O Pacto Climático de Glasgow também incentivou os países a "ampliar a participação plena, significativa e igualitária das mulheres nas ações climáticas e garantir que sua implementação e os meios de implementação sejam sensíveis à questão de gênero".

Em Glasgow, foi criado um novo Programa de Trabalho Trienal sobre Comunidades Locais e Povos Indígenas. Para garantir que suas vozes fossem ouvidas, a Presidência britânica financiou o Pavilhão dos Povos Indígenas (batizado de Fórum dos Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas), um pavilhão para a Comunidade do Caribe (CARICOM), além de contribuir para o custeio do pavilhão da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS, na sigla em inglês).

O **Empoderamento Jovem e Social** esteve no centro da COP26, que contou com um dia dedicado ao tema e o lançamento do **Programa de Trabalho Decenal sobre Ações de Empoderamento Climático**, com o objetivo de promover o engajamento dos jovens, a educação climática e a participação social. Estes se somaram ao evento Youth4Climate, realizado na Itália, nossa parceira na COP, que deu voz a jovens especialistas em políticas climáticas, sobretudo aqueles na linha de frente das ações, e promoveu sua interação com tomadores de decisão.

A programação do dia foi idealizada em colaboração com a YOUNGO (constituição oficial dos jovens na UNFCCC), e houve a participação de uma rede diversificada de organizações juvenis na apresentação da Declaração da Posição Global da Juventude COY16 e do Manifesto Youth4Climate junto a ministros e negociadores. Como parte da programação, reunimos ministros de meio ambiente e educação que apresentaram mais de 20 compromissos nacionais na área de educação climática, desde a descarbonização do setor escolar até a capacitação complementar de professores para inserir a alfabetização climática no currículo escolar.

Como parte do compromisso do Reino Unido, lançamos a Estratégia para Sustentabilidade e Mudanças Climáticas, do Departamento de Educação. Dias antes da COP26, a YOUNGO realizou a 16ª Conferência da Juventude sobre Mudança Climática da ONU em Glasgow, e lançou a Declaração da Posição Global da Juventude, retratando as prioridades climáticas de mais de 40.000 jovens em todo o mundo. Como parte do compromisso da Presidência britânica em amplificar as vozes dos jovens, endossamos esta conferência e, em parceria com a YOUNGO, organizamos um dos eventos principais no dia do Empoderamento Jovem e Social na COP26.

A Presidência formou diversos grupos para promover o permanente engajamento da sociedade civil:

- O Conselho Consultivo da Sociedade Civil e da Juventude, sob a coordenação do Presidente da COP, orientou nosso engajamento com a sociedade civil
- O grupo Amigos da COP reuniu importantes nomes da sociedade civil de todo o mundo, que trabalharam conosco na divulgação da COP e das ações climáticas

A Zona Verde, localizada no Centro de Ciências de Glasgow, reuniu jovens, líderes indígenas, empresas e líderes comunitários. Foi palco de manifestações culturais, exposições, palestras, exibições de filmes e demonstrações técnicas para um público internacional. Mais de 37.000 pessoas visitaram a Zona Verde em Glasgow e milhares participaram virtualmente através do portal *COP26 Google Arts and Culture* e de *lives* no canal da COP26 no YouTube, que registrou 287.000 visualizações.
A programação incluiu, ainda, 100 expositores e 200 eventos que proporcionaram oportunidades para ouvir, conhecer e celebrar as ações climáticas.

NOSSOS AGRADECIMENTOS AOS NOSSOS PARCEIROS PRINCIPAIS

























United Nations
Climate Change



UN CLIMATE
CHANGE
CONFERENCE
UK 2021

IN PARTNERSHIP WITH ITALY



UK Government